

CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR

10anos



2003

Afirmando o Sagrado Direito de Decidir
em Tempos de Fundamentalismos

Maria José Rosado (organizadora)

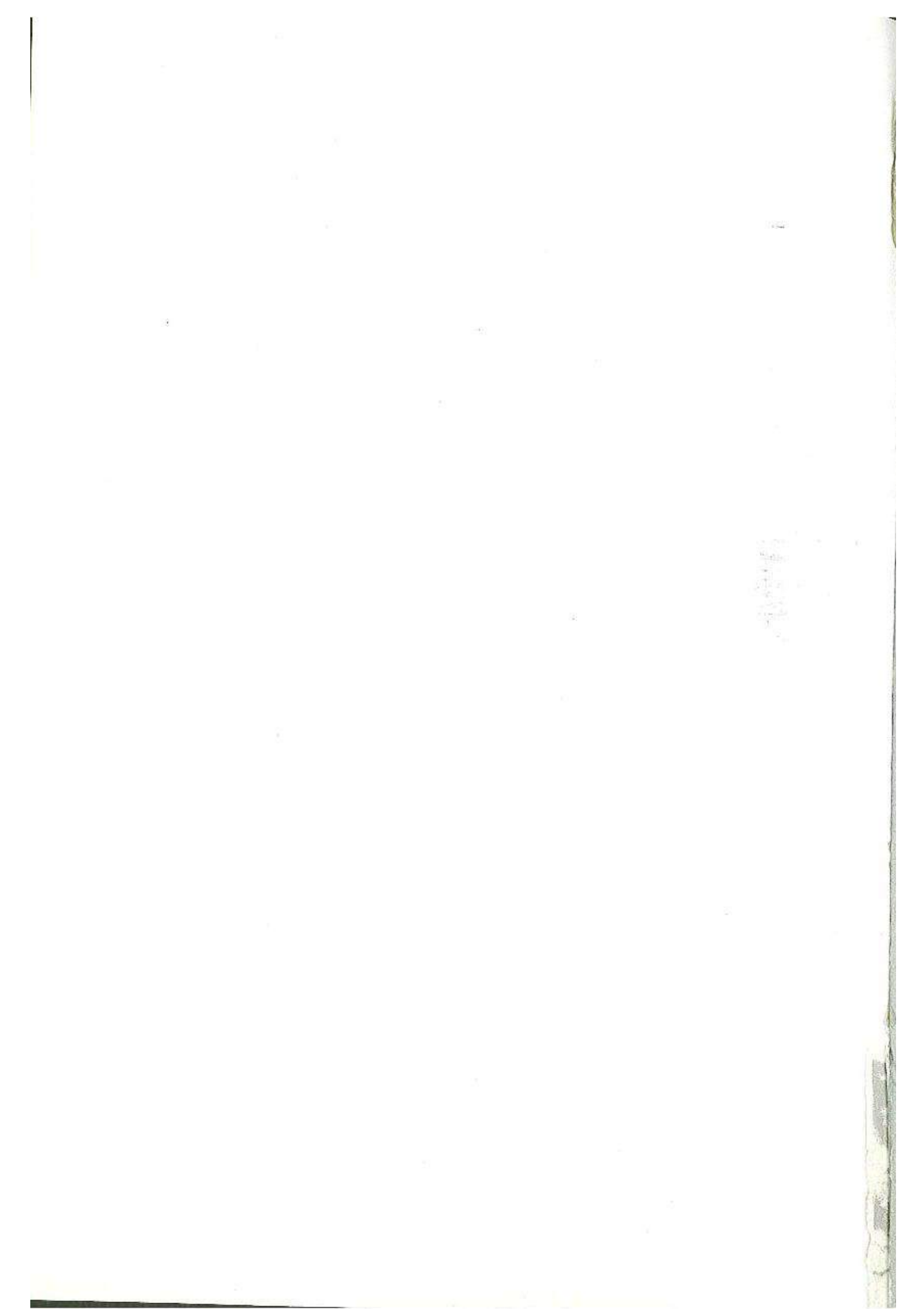
Frances Kissling

Mary E. Hunt

Ivone Gebara

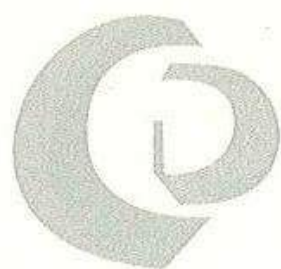


CADERNOS - EDIÇÃO DE ANIVERSÁRIO
CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR

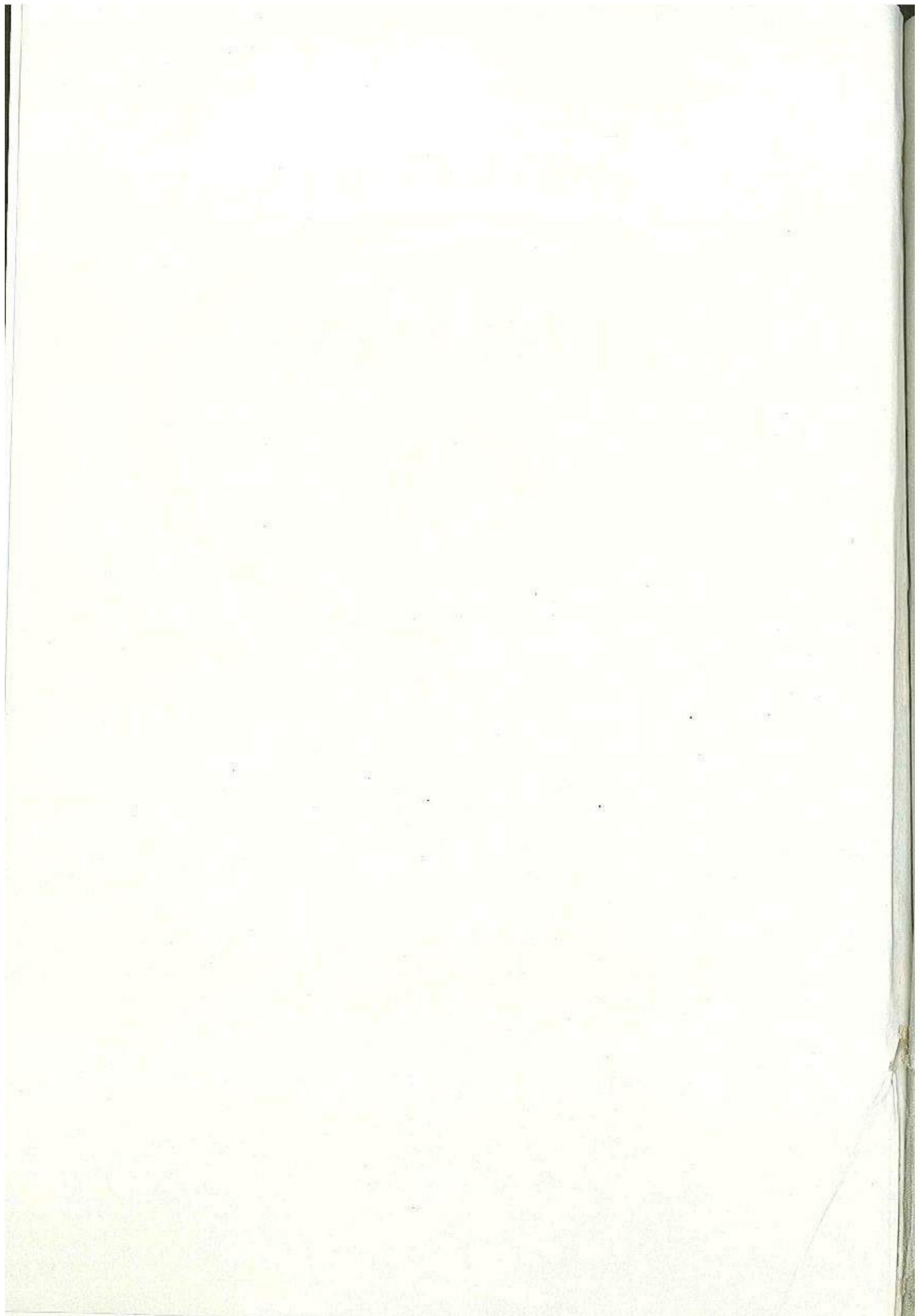


CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR

10anos

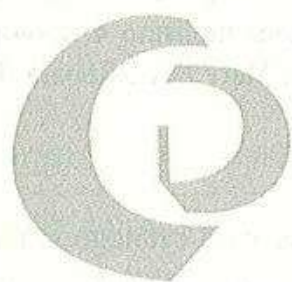


2003



CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR

10anos



2003

Afirmando o Sagrado Direito de Decidir em Tempos de Fundamentalismos

Maria José Rosado (organizadora)

Frances Kissling

Mary E. Hunt

Ivone Gebara



CADERNOS • EDIÇÃO DE ANIVERSÁRIO
CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR

CDD-10 anos — Afirmando o Sagrado Direito de Decidir em Tempos de Fundamentalismos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Católicas pelo Direito de Decidir, 10 anos : 2003 : afirmando o sagrado direito de decidir em tempos de fundamentalismos / (organizadora) Maria José Rosado...[et al.]. -- São Paulo : Católicas pelo Direito de Decidir, 2004.

Outros autores: Frances Kissling, Mary E. Hunt, Ivone Gebara
Bibliografia.

1. Católicas pelo Direito de Decidir -- História 2. Feminismo -- Aspectos religiosos -- Igreja Católica 3. Fundamentalismo 4. Teologia feminista I. Rosado, Maria José. II. Kissling, Frances. III. Hunt, Mary E. IV. Gebara, Ivone.

04-2990

CDD-261.83442

Índices para catálogo sistemático:

1. Católicas pelo Direito de Decidir : Feminismo :
Igreja Católica : Teologia Social

261.83442

Organizadora: Maria José Rosado

Coordenação editorial: Rosângela Borges

Editoração Eletrônica: So Wai Tam [11] 6163-8058 – seucontato@uol.com.br

Esta publicação foi possível graças ao apoio de:

Catholics For a Free Choice – CFFC

Fundação Ford

Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA

International Womens Health Coalition – IWHC

Mama Cash

Publicações CDD

Av. Brigadeiro Luís Antonio, 993 conj. 706

01317-001 São Paulo, SP

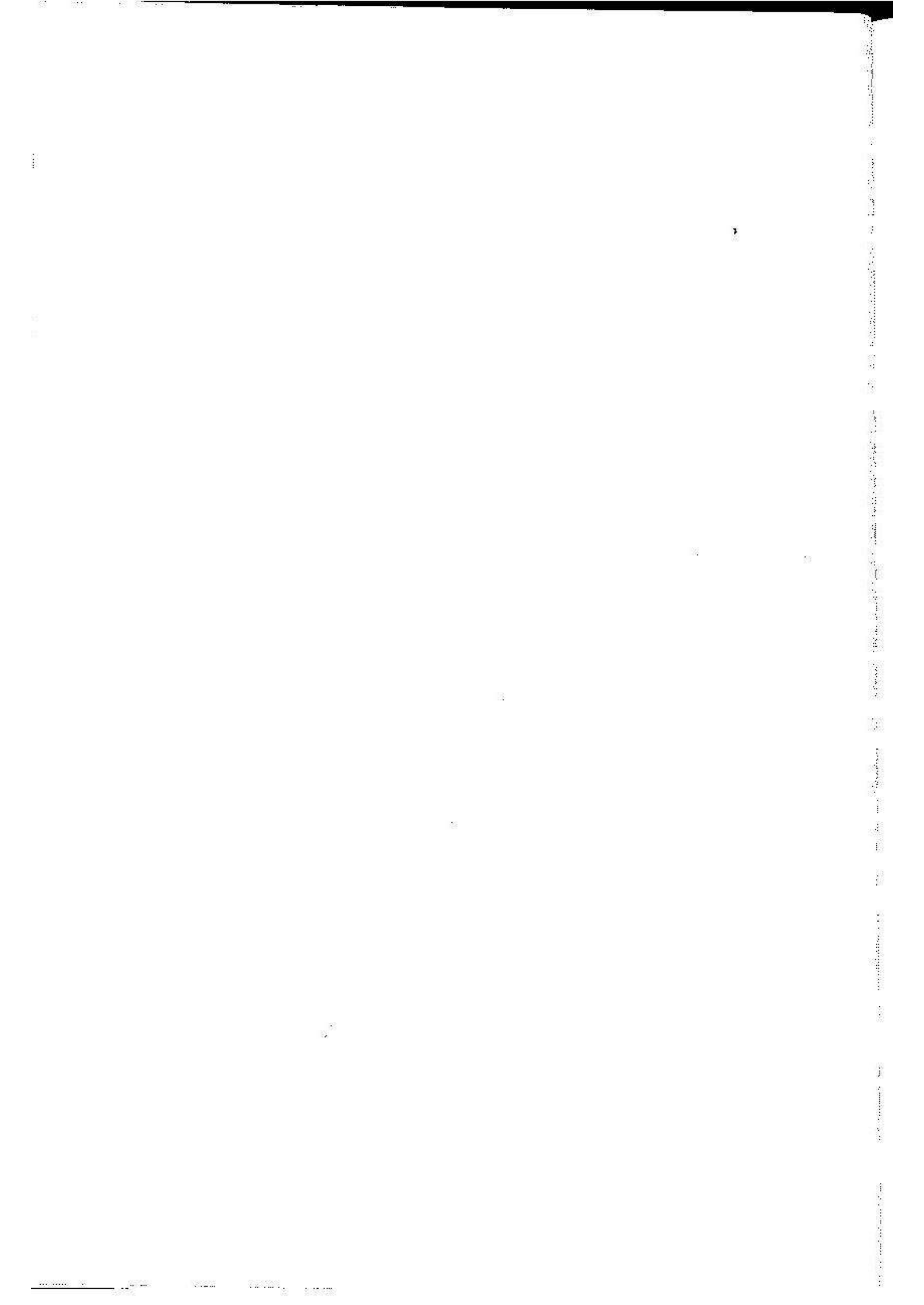
tel/fax (11) 3107-9038

e-mail: cddbr@uol.com.br

site: www.catolicasonline.org.br

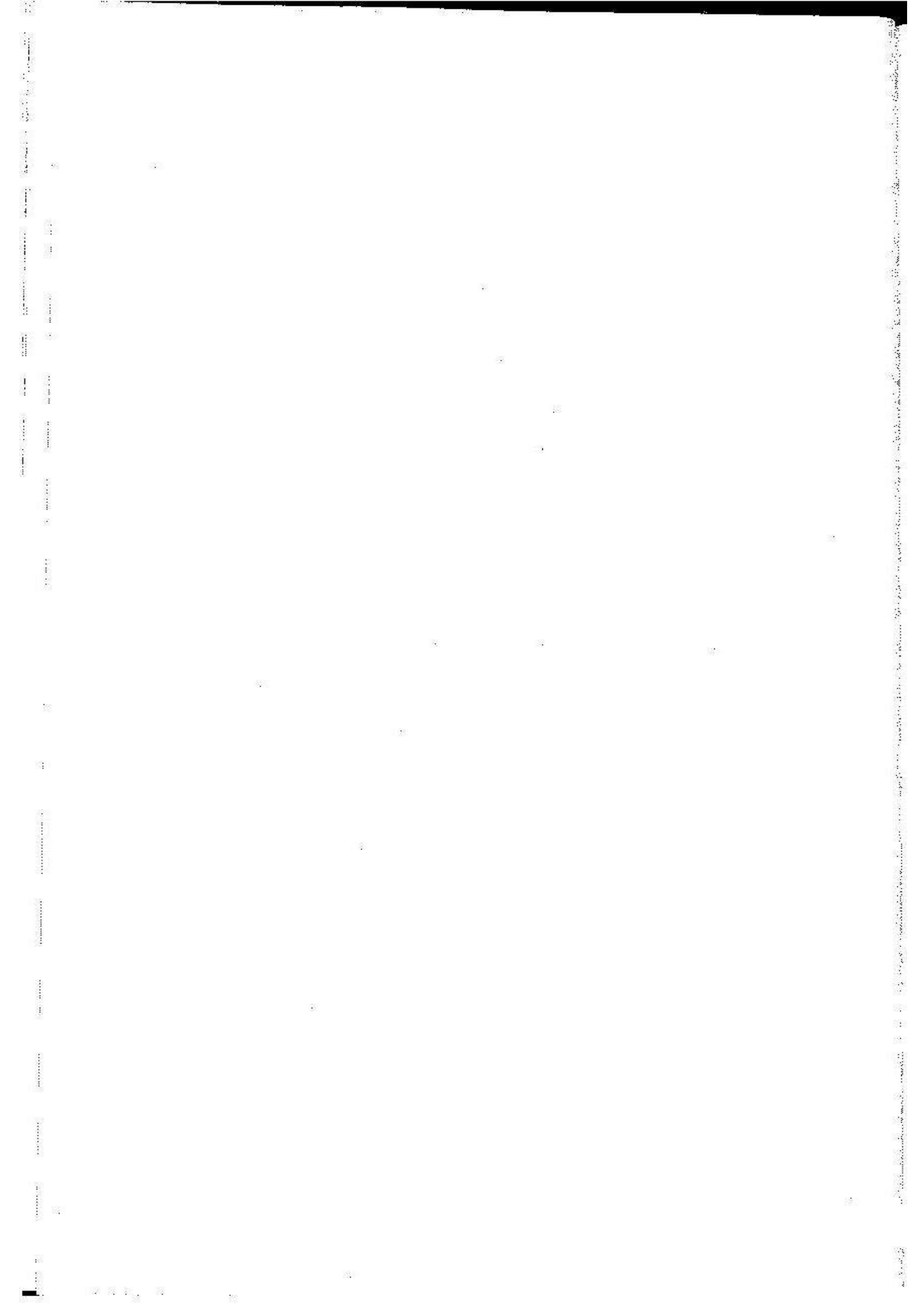
São Paulo, 2004

MARIA JOSÉ ROSADO (organizadora) é socióloga, PhD pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Atualmente é professora na Pós-Graduação em Ciências da Religião — PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Autora do livro *Vida Religiosa nos Meios Populares*, Vozes, 1985, e de vários artigos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros sobre a temática de gênero e religião. É membro da coordenação de Católicas pelo Direito de Decidir no Brasil.



índice

• APRESENTAÇÃO	
Feministas e Católicas, por que não?	9
<i>Equipe Coordenadora de CDD-Brasil</i>	
• Histórico de Católicas pelo Direito de Decidir	13
• O Fundamentalismo e a Igreja Católica Romana	17
<i>Frances Kissling</i>	
• O Desafio da Diversidade Sexual em Tempos Ultraconservadores	27
<i>Mary E. Hunt</i>	
• Fundamentalismo e Subjetividade – Uma Perspectiva Filosófica e Teológica Feminista	43
<i>Ivone Gebara</i>	



APRESENTAÇÃO

Feministas e Católicas, por que não?

Católicas pelo Direito de Decidir nasceu e cresceu no Brasil como resposta ao apelo de tantas mulheres que, sendo cristãs ou não, percebiam-se sofrendo as consequências em seus corpos e em suas vidas das posições conservadoras da hierarquia católica, nas questões tangentes à sexualidade humana.

Entre as feministas — algumas mulheres de formação cristã que já haviam dedicado anos de suas vidas nas lutas por justiça social a partir de uma perspectiva ecumênica — entendemos que era necessário tornar público o pensamento religioso progressista em favor da autonomia das mulheres, reconhecendo sua autoridade moral em todos os campos de suas vidas. Mas, para a criação de **Católicas pelo Direito de Decidir**, o apelo e insistência de companheiras feministas foi um fato determinante. Elas sentiam que ao articularmos o pensamento católico ao feminismo nos constituíamos em aliadas importantes na luta pelos direitos de todas as mulheres. Foram visionárias e decididas!

Foi neste momento propício, que Cristina Grela veio ao Brasil, propondo a organização de **Católicas pelo Direito de Decidir** neste país. A tarefa era gigantesca. Seria preciso sensibilizar a sociedade para a necessidade de mudanças nos padrões culturais vigentes, promover diálogos públicos sobre a sexualidade e a reprodução humana, levar adiante a discussão ética sobre o direito das mulheres à maternidade livre e voluntária.

Dez anos depois, apesar do trabalho incessante, CDD parece mais necessária do que nunca. São feios os tempos que correm. A ascensão dos fundamentalismos reli-

giosos nas últimas décadas, afirma Frances Kissling, no texto que abre esta coletânea, ameaça a vida das mulheres, numa perigosa combinação de tentativa de controle dos corpos femininos, rejeição da democracia e desrespeito a direitos individuais e coletivos. No caso católico, *"tendo perdido a guerra moral, (o Vaticano) voltou-se para o processo político, tentando forçar católicas e outras pessoas a seguir as regras da Igreja na condução de suas vidas públicas"*. A esperança são as "outras vozes" que se levantam, no seio mesmo da Igreja, em favor do respeito ao pluralismo religioso, da tolerância para com as diferenças e das exigências de justiça. Como diz ela: *"Não é fácil ser o 'Davi desse Golias' chamado Igreja Católica. Mas temos presente o lema de João Paulo II: 'Não tenham medo!'. O medo é a base do fundamentalismo; é a emoção com que os fundamentalistas contam para mobilizar os pobres e impotentes e para silenciar aquelas buscam a justiça. Confio que CDD nunca será silenciada"*. Amém, Frances!

Mary Hunt, no 2º texto, nos leva por caminhos nunca dantes percorridos! Ela nos fala do "sexo bom e justo". Alarga o direito de decidir, para além do direitos de optar ou não por um aborto. Temos também o direito *"de ser sexual, ou de não sê-lo, quando, com quem e como"* quisermos e decidirmos. A mesma tradição católica, em instigante leitura da autora, nos oferece recursos de pensamento e juízo, para afirmarmos a validade ética e moral da diversidade sexual que nos permite amar de muitas formas. *"Assim como é o caso do aborto, diz ela, uma posição católica pró-sexo parte do conceito de que o sexo é um direito humano e não um privilégio das que escolhem serem sexuais com pessoas do sexo oposto. Falta uma teologia moral católica pró-sexo e temos de criá-la."* Teologia que ela, Mary, já começou a elaborar, e na qual abre o leque das formas de justiça a serem reivindicadas. À justiça econômica, racial e política, há que acrescentar a justiça sexual.

Haverá um fundamentalismo defensável? As trilhas da filosofia nos conduzem a pensar em *“um outro fundamentalismo; aquele que busca afirmar novos fundamentos, novas bases para a compreensão e ação humanas”*. Daí o convite de Ivone Gebara para que pensemos o mundo de outra maneira, a fim de que o estabelecimento de uma nova ordem mundial se torne possível. *“Repensar o que somos e o que queremos fazer de nossas vidas e de nosso mundo é uma pergunta chave neste terceiro milênio e na celebração dos 10 anos de vida de Católicas pelo Direito de Decidir”*. Eis o desafio que nos lança Ivone.

CDD, desde o seu início, entendeu o recurso à mídia como inerente à sua ação. Amplificar nossa voz, pelos recursos midiáticos — jornais, revistas, TV — seria a única maneira de enfrentar a necessidade de fazer chegar “nosso recado” a um país imenso como o Brasil. Defendíamos a urgência de nos adequarmos à lógica da mídia. Se nosso interesse era fazer a mídia “comprar” nossas idéias e nossa agenda, devíamos entender seu funcionamento e “embrulhar” nossas idéias num pacote que as tornasse atraentes para um público distante de nosso vocabulário, dos nossos conceitos, e mesmo do nosso ideário. Feministas especialistas no campo tornaram-se aliadas de primeira linha. E Fátima Jordão vem nos animar a continuar esse caminho, lembrando-nos, como o faz sempre, que também a mídia — não só a Igreja! — é heterogênea, depende da resposta do público, não é todo-poderosa como parece, e, principalmente, muda, transforma-se segundo as contingências históricas, políticas e culturais. Seu recado é uma palavra de alento: *“...por aqui, na contra-corrente de um fundamentalismo unilateral derivado do ponto hegemônico da terra, algumas coisas diferentes ocorreram”*. Que continuem ocorrendo, é o que desejamos todas!

Bem, nosso Caderno CDD 10 anos — **Afirmando o Sagrado Direito de Decidir em Tempos de Fundamentalis-**

mos, edição de aniversário, oferece às leitoras e leitores, reflexões, provocações, ditas e ouvidas na noite em que, na Câmara de São Paulo — por gestão de nossa companheira, vereadora Flávia Pereira — comemoramos os 10 anos de existência e luta de CDD. Somos Davis, de fato! Com nossas pequenas pedras e estilingues, tentamos acertar o alvo: mudar mentalidades. Tornar os Golias — e são tantos! — sensíveis à realidade das mulheres. Fazê-los entender que se trata de defender a vida de Marias, Joanas, Martas... de todas as mulheres. Para que todas sejamos, realmente, donas de nossos destinos, cidadãs de pleno direito. Autônomas, alegres... e guerreiras sempre. Pela paz! Pela justiça!

EQUIPE COORDENADORA DE CDD-BRASIL

Histórico de Católicas pelo Direito de Decidir

Católicas pelo Direito de Decidir (CDD-Br) é uma organização não-governamental feminista de caráter ecumênico que busca justiça social e mudança de padrões culturais e religiosos vigentes em nossa sociedade, respeitando a diversidade como necessária à realização da liberdade e da justiça. Desde sua criação no Brasil, em 1993, CDD-Br promove os direitos das mulheres (especialmente sexuais e reprodutivos) e luta pela igualdade nas relações de gênero e pela cidadania das mulheres, tanto na sociedade como no interior da Igreja Católica e de outras igrejas e religiões, além de divulgar o pensamento religioso progressista em favor da autonomia das mulheres, reconhecendo sua autoridade moral e sua capacidade ética de tomar decisões sobre todos os campos de suas vidas.

Assim, CDD se propõe a: debater publicamente e oferecer resistência aos paradigmas presentes no pensamento católico tradicional, no campo da sexualidade; promover discussões e facilitar a articulação entre teólogas/os feministas; divulgar argumentos éticos e religiosos favoráveis ao exercício da cidadania na área de saúde reprodutiva, sexualidade e prevenção da violência contra as mulheres; promover a produção e distribuição de materiais didáticos sobre essas temáticas; articular, fortalecer e capacitar lideranças comunitárias sensíveis aos direitos das mulheres; contribuir para a mudança de mentalidades e a implementação de leis, políticas públicas e serviços de saúde acessíveis a todas as pessoas, especialmente às mulheres pobres, garantindo o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos.

Com base na tradição cristã, nosso grupo formula e divulga estudos e pesquisas buscando evidenciar o caráter positivo da luta pelos direitos das mulheres, em relação ao controle da própria sexualidade, ao aborto, à concepção e à contracepção, cruzando essa problemática com as crenças e práticas religiosas. A ação de CDD desenvolve-se em articulação, no plano internacional, com os demais grupos que compõem a Rede latino-americana de CDDs e com CFFC (Catholics for a Free Choice), e no plano nacional, com universidades, setores progressistas da Igreja Católica e outras Ongs ligadas aos movimentos sociais, especialmente no campo feminista e do movimento de mulheres.

Nossas atividades realizadas com o apoio de diversas agências financiadoras nacionais e internacionais cobrem seis áreas programáticas inter-relacionadas:

- 1) MÍDIA: divulgação de informações pela mídia, por meio de ações que permitam estabelecer relações com a mídia de modo a contribuir para a construção de pautas públicas que ampliem as discussões sobre aborto legal, direitos sexuais e reprodutivos. Dentre as estratégias e atividades dessa área incluem-se: a elaboração e divulgação de Cd's (*"Sexualidade: Conversando a Gente se Entende"*, *"Use Camisinha sem Culpa"* e *"Sexualidade, Anticoncepção e Religião"*), para veiculação em rádios comerciais de grande audiência e rádios comunitárias de diversos estados do Brasil; campanhas visando divulgar os princípios da vivência da sexualidade com prazer, com saúde e sem culpa, veiculadas por painéis eletrônicos, outdoors e rádios comunitárias. As campanhas costumam atrair o interesse da grande imprensa, que resulta em convites para entrevistas em diferentes veículos de comunicação, garantindo assim, a possibilidade de apresentar e discutir as propostas de CDD-Br.

- 2) PUBLICAÇÕES: produção de publicações específicas, vídeos e programas de rádio. Já editamos 11 cadernos, 4 cartilhas e 1 livro abordando temáticas vinculadas aos Direitos Reprodutivos e Religião. Desde 2001 publicamos o Boletim de CDD, um veículo informativo enviado a cada quatro meses para ONGs feministas, movimentos sociais, parceiros/as de CDD. Mantemos também um website (catolicasonline.org.br) atualizado semanalmente com notícias, reportagens e novidades.
- 3) ABORTO LEGAL: trabalho desenvolvido nos últimos dois anos com profissionais, de diversos estados brasileiros, que prestam atendimento nos serviços públicos de aborto legal. Desenvolvemos durante os últimos 2 anos oficinas utilizando nossos argumentos éticos e religiosos para apoiar o trabalho desses profissionais.
- 4) FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORAS: tem como estratégia básica a realização de seminários para capacitar lideranças religiosas e de movimentos de base que se comprometem a reproduzir os seminários para outras mulheres de suas comunidades de origem, com o acompanhamento de uma integrante da equipe de CDD. Este projeto visa disponibilizar a organizações e lideranças chaves, os instrumentos necessários ao uso de argumentos favoráveis aos direitos gerais das mulheres e aos direitos sexuais e direitos reprodutivos, estruturando assim um trabalho de âmbito nacional, tendo como base a ação organizada de lideranças em diferentes partes do país, impulsionando uma corrente de pensamento favorável à autonomia das mulheres no campo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos enfrentando sobretudo os condicionamentos estabelecidos pela moral sexual religiosa.

- 5) PARLAMENTO: sensibilização do Congresso Nacional para a necessidade de leis que respondam aos interesses das mulheres, subsidiando parlamentares no tocante a aspectos ético-religiosos de projetos de lei relativos aos direitos sexuais e reprodutivos.
- 6) VIOLÊNCIA DE GÊNERO: projetos de pesquisa e intervenção voltados para o combate à violência contra a mulher. Um projeto específico “Violência contra as mulheres: a influência da religião” vem promovendo seminários de treinamento em nove diferentes estados brasileiros, com cerca de 270 lideranças, tendo como referência a influência dos elementos religiosos nos processos formadores da violência de gênero, visando: 1) empoderar as lideranças femininas multiplicadoras e 2) ampliar o potencial de êxito de seus esforços para o exercício da cidadania, especialmente no que diz respeito à eliminação de diferentes formas de violência. Outro projeto na temática é o de “Violência de Gênero na Igreja Católica”, o qual vem sendo desenvolvido desde o segundo semestre de 2002 por meio de levantamento e estudo de casos de violência sexual contra mulheres envolvendo religiosos católicos e tem por objetivo sensibilizar especialistas e a sociedade para as especificidades do problema.

Por fim, no decorrer destes dez anos de existência, CDD-Br tem ampliado suas atividades sem perder o foco e o compromisso que ensejaram sua criação. Estamos dispostas a ampliar ainda mais, se necessário, até que as concepções de cidadania e respeito as quais defendemos sejam realidade em nosso país.

O Fundamentalismo e a Igreja Católica Romana

Frances Kissling

FRANCES KISSLING é uma reconhecida pensadora sobre assuntos vinculados à religião, às políticas populacionais e os direitos sexuais e reprodutivos. Tem desempenhado um prestigiado trabalho de lobista junto ao parlamento, assim como na capacitação de profissionais da área de saúde em países como Brasil, México, Filipinas, Alemanha, Polônia, Irlanda e Estados Unidos. Tem sido uma das principais vozes no debate internacional em conferências das Nações Unidas vinculadas a estas temáticas. É integrante dos comitês diretivos das seguintes instituições: *Religious Coalition for Reproductive Choice*, *Alan Guttmacher*, *IBIS Reproductive Health* e fundadora da *Global Fund for Women*. Seus artigos são publicados no *New York Times*, *Washington Post*, *Boston Globe*, *London Guardian* e em diversos periódicos de todo o mundo.

Faz dez anos que CDD-Brasil iniciou seu trabalho crítico em favor da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos de homens e de mulheres do Brasil. O trabalho da equipe tem ocorrido em termos de um compromisso por uma Igreja Católica mais democrática e progressista. Uma Igreja que esteja comprometida com a inclusão de vozes de mulheres e com uma visão feminista da igualdade e da justiça — uma Igreja que não tenha medo das mulheres e de nosso poder de criar e manter a vida. A equipe levou a sério o lema de João Paulo II, que diz “não tenham medo!”, mesmo quando os líderes da Igreja estavam dominados pelo temor.

Nosso trabalho ocorre no contexto da incrível e perigosa ascensão do fundamentalismo religioso que lança tentáculos sobre todo o mundo. A ascensão do fundamentalismo religioso nas últimas décadas tem sido um complexo fenômeno político. O fundamentalismo envolve uma ideologia religiosa em que tanto a vida familiar como a organização política se encontram sujeitas a uma crença ultraconservadora de controle do sexo feminino, combinada a uma rejeição tanto da democracia como dos direitos das mulheres e de uma ideologia política que demanda uma estrutura do Estado, em conformidade com as concepções religiosas conservadoras. Embora existam elementos de uma análise religiosa fundamentalista do Estado moderno que é partilhada por progressistas (rejeição da corrupção governamental, consumismo e materialismo e, entre fundamentalistas do Terceiro Mundo, a rejeição do imperialismo norte-americano), tais visões de mundo — liberal e res-

tritiva; fundamentalista e progressista — são opostos polares.

As formas mais perturbadoras de fundamentalismos religiosos é, aos olhos dos progressistas, o fundamentalismo cristão, que é mais ativo nos Estados Unidos e na América Latina, e o fundamentalismo islâmico, tal como é praticado no Afeganistão sob o regime Talebã.

Os fundamentalistas cristãos estão estreitamente associados com políticos conservadores, de Ronald Reagan e ao atual presidente George Bush. Eles têm defendido políticas econômicas que favorecem os ricos e ignoram as necessidades dos pobres e exportam sua religião para toda a América Latina, aliando-se aos regimes mais antidemocráticos da região.

Os fundamentalistas islâmicos têm procurado com frequência (por meio de partidos políticos religiosos, mas algumas vezes por meio da aplicação da justiça com as próprias mãos e da violência) o controle por meio do Estado de todos os aspectos da vida política e social, rejeitando as liberdades civis e os direitos humanos de todos aqueles que discordam da sua ideologia. Este programa fundamentalista é rejeitado por pessoas que se empenham em favor da justiça. Mas as pessoas progressistas, envolvidas na luta contra a globalização e em favor da justiça social e econômica, têm muito mais dificuldades para entender e rejeitar o fundamentalismo da Igreja Católica Romana.

O cantor Bono, do U2, se reuniu com o papa e, juntos, fizeram um pronunciamento em favor da erradicação da dívida do Terceiro Mundo. Bispos como Dom Samuel Ruiz, no México, e Casaldáliga, no Brasil, destacam-se na luta em favor dos direitos das pessoas indígenas. O Vaticano e os bispos são poderosos e, na medida em que sejam favoráveis com as nossas metas, é nosso desejo tê-los ao nosso lado. Assim, muitos progressistas tendem a igno-

rar ou a aumentar tendências fundamentalistas na Igreja Católica. Tais tendências sempre estiveram presentes, na medida em que há em toda religião a tendência de restringir a liberdade, de exercer autoridade sobre os outros, assim como sempre há a tendência de liberar o corpo e a alma humanos.

Desde a conversão de Constantino, no século IV, a trajetória do catolicismo passou de um movimento contracultural à margem do judaísmo a uma religião do Estado, com toda a pompa da monarquia européia. No papado de João Paulo II tem florescido todas as características do fundamentalismo. Ele foi, naturalmente, o papa anticomunista triunfante e, como todos sabem, o anticomunismo não pode ser confundido com a democracia.

Não obstante, não podemos ignorar o fundamentalismo católico romano na medida em que ele coloca em risco os valores essenciais do movimento progressista: o Estado laico e os direitos das mulheres, especialmente a liberdade sexual e reprodutiva. Tal como os cristãos norte-americanos e os fundamentalistas islâmicos, o Vaticano acredita que o Estado moderno não corresponde às suas expectativas. Da Organização das Nações Unidas à Irlanda e ao México, as leis não seguem a visão que a Igreja tem da família e dos papéis de homens e mulheres, porque os homens já não estão no controle. Assim, vem se desenvolvendo um frágil consenso internacional. Este consenso sustenta a idéia de que o casamento pode não dar certo e que é necessário dar aos casais a possibilidade do divórcio e de outro casamento. Homens e mulheres devem ter acesso a recursos modernos de contracepção para decidirem sobre o número de filhos que eles querem ter e quando os querem. Mulheres que foram estupradas, assim como as que não foram estupradas, devem ter acesso aos contraceptivos emergenciais que evitam a gravidez. As mulheres não podem continuar a mor-

rer por causa de abortos ilegais feitos em condições precárias. As adolescentes têm direito a uma vida sexual e ao uso de contraceptivos. Pessoas em risco de contrair AIDS devem ter acesso a preservativos. Gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros têm direito a uma família, filhos, benefícios sociais e o direito ao casamento.

A reação da Igreja Católica com as mudanças na aceitação social e política da liberdade sexual e reprodutiva tem sido fundamentalista. No Quênia, um importante bispo queimou preservativos. No México, o respeitado Samuel Ruiz ameaçou excomungar todos os legisladores de Chiapas que votaram pela manutenção da lei do aborto legal naquele estado. Em todo o mundo, os fornecedores de assistência social da Igreja são proibidos de promover a educação sobre o uso de preservativos ou de distribuí-los a pessoas que correm risco de contrair AIDS.

É tão extrema a proibição de distribuição de preservativos para a prevenção da AIDS que quando um médico católico perguntou se podia aconselhar eticamente um casal a usar preservativos, porque o marido, hemofílico, recebeu o diagnóstico de portador do HIV, a resposta foi negativa. O Vaticano disse que o casal era chamado ao celibato, mas como o celibato iria resultar em divórcio, o casal deveria praticar sexo para evitá-lo, desde que não usasse preservativos. Durante a guerra da Bósnia, o papa escreveu uma carta aberta às mulheres que tinham sido estupradas e engravidado. Ele as conclamou a não abortar, mas, em vez disso, disse que deviam transformar o ato de estupro em ato de amor, fazendo da criança carne de sua carne.

Na União Européia, o Vaticano tem feito muita pressão contra as uniões e os casamentos gays, na medida em que procura obter o direito de discriminar gays de programas da Igreja que recebem recursos da União Européia. Na Polônia, a Igreja apoiou medidas do governo destinadas a eliminar as creches, com o intuito de forçar as

mulheres a parar de trabalhar. No Chile, o Vaticano faz pressão contra leis do divórcio. Nas Filipinas exige que o governo não ofereça educação nem serviços para o planejamento familiar, além da abstinência. Nos Estados Unidos recusa o fornecimento da esterilização voluntária em hospitais e a contracepção de emergência para mulheres estupradas. De fato existe alguma diferença entre o Vaticano e o Talebã, que impediu as mulheres de freqüentar a escola, ou os fundamentalistas nigerianos que queriam matar a pedradas uma mulher que fora estuprada, porque ela ficara grávida?

No seio do clero são perpetradas graves violações dos direitos das mulheres e das crianças. Dois relatos sucessivos de exploração sexual de freiras católicas romanas por padres em 23 países, foram ignorados pelo Vaticano. Os relatos apresentavam substancial documentação sobre freiras africanas, que foram exploradas por padres que temiam pegar AIDS com prostitutas e obrigaram as religiosas a praticar sexo com eles. Irmãs que engravidaram foram algumas vezes obrigadas a abortar. Muitas que tiveram a criança foram expulsas de suas ordens religiosas e mandadas de volta para suas antigas aldeias sem receber auxílio financeiro. Naturalmente, nada aconteceu com os padres que as engravidaram. Algumas freiras contraíram AIDS e morreram.

Um ano depois do relato desses casos, eclodiu o escândalo do abuso sexual por membros do clero nos Estados Unidos. Amplas pesquisas da *Catholics for a Free Choice* identificaram mais de 5.000 casos de reportagens sobre o assunto entre 1995 e 2002. O Vaticano alegou que o problema era restrito e que estava sendo injustamente perseguido pela imprensa. A única resposta global foi transferir padres que tinham abusado de crianças para outros países, para livrá-los de processos criminais. Assim, como as companhias farmacêuticas mandam suas drogas ultra-

passadas e ineficazes para o mundo em desenvolvimento, a Igreja envia seus padres degenerados para o México, as Filipinas e outros países.

Está claro que a Igreja já não tem a confiança do povo católico. Quando ela proibiu a contracepção em 1968, muitos católicos simplesmente ignoraram a proibição e passaram a usar pílulas, diafragmas e preservativos. Na ONU, os esforços contra o planejamento familiar recebe o apoio, não de países católicos, mas de países islâmicos fundamentalistas. Mas o Vaticano tendo perdido a guerra moral voltou-se para o processo político, tentando forçar os católicos e as outras pessoas a seguirem as regras da Igreja na condução de suas vidas públicas. Este é o outro aspecto perturbador do fundamentalismo. Existem líderes religiosos fundamentalistas que não se dispõem a confiar que sua mensagem venha a ser voluntariamente adotada e, assim, buscam o poder do Estado para impô-la. Como estes líderes não dispõem de força policial e de cadeias próprias buscam apossar-se das forças do Estado, com o objetivo de obter a obediência de um público cuja concepção de moral difere da concepção de moral de tais líderes.

Os fundamentalistas, sejam eles católicos ou islâmicos, vêem o Estado moderno, inclusive a Organização das Nações Unidas, como entidade que rejeita seus valores. Anseiam por uma volta à época em que não havia separação entre a Igreja e o Estado. São muitos os exemplos do exercício da força bruta e do desejo de controlar o Estado laico. Nos Estados Unidos, o Vaticano participa de conferências da ONU — como as dos anos 90 — sobre a população, as mulheres, os direitos humanos e o desenvolvimento social. Em cada uma delas, o Vaticano buscou restringir os direitos de atenção à saúde — e o direito à vida. Por exemplo, na Conferência do Cairo sobre a população e o desenvolvimento, a Santa Sé alegou que os preservativos causam AIDS, por isso não devem ser parte de programas internacionais de prevenção da pandemia.

Na Conferência sobre as mulheres, em Beijing, o Vaticano se recusou a aprovar a declaração, segundo a qual os direitos das mulheres são direitos humanos, clamando em vez disso por termos que afirmassem que os homens e as mulheres têm igual dignidade. Na Europa, o Vaticano quer o reconhecimento na Carta de Direitos das "raízes cristãs" do continente e por isso mantém uma missão junto ao Conselho da Europa, com ativas pressões tanto para obter fundos para órgãos da Igreja como para defender políticas sociais conservadoras. Em todos os países, procura colocar em prática legislação que lhe conceda privilégios especiais.

Um movimento católico cada vez mais amplo vem se empenhando em limitar o lado fundamentalista da Igreja Católica e garantir que outras vozes, especialmente a de mulheres católicas, sejam ouvidas na Organização das Nações Unidas e em todos os países. Católicas pelo Direito de Decidir é no Brasil um destacado exemplo de trabalho de católicas progressistas em favor da garantia de respeito à diversidade religiosa e à democracia. Desde seus primeiros dias de existência, a CDD-Brasil tem sido a encarnação de uma abordagem ecumênica da religião. Para os fundamentalistas existe apenas uma única religião verdadeira: a deles. Para os liberacionistas existe a compreensão de que todas as religiões oferecem um caminho para a justiça e para a paz. Assim, a CDD tem trabalhado em estreita associação com metodistas, presbiterianos, judeus e mesmo com membros dos novos movimentos religiosos do Brasil.

Um antigo e importante lema da Igreja tem sido: quem quer a paz, trabalha em favor da justiça. A instituição Igreja há muito defende tanto a paz como a justiça no mundo político. Mas, tal como os fundamentalistas de toda parte, ela ficou cega e surda às exigências de justiça em seu próprio âmbito e no mundo externo a ela, em que se fa-

zem presentes questões de gênero, de sexualidade e de reprodução. Tais questões já não se acham à margem da justiça. No mundo moderno, a justiça exige algo além da redução da dívida externa e de alívio da pobreza. Exige a erradicação do fundamentalismo, o respeito ao pluralismo, a tolerância das diferenças. Enquanto a Igreja não provar que está comprometida com estes valores, será justo considerá-la fundamentalista. Até que isto aconteça, precisamos de organizações como CDD-Brasil. Organizações tanto de coragem como de princípios. Não é fácil ser o “Davi desse Golias” chamado Igreja Católica, mas temos presente o lema de João Paulo II: “não tenham medo!”.

O medo é a base do fundamentalismo e é também a emoção com que os fundamentalistas contam para mobilizar os pobres e impotentes e para silenciar aquelas que buscam a justiça. Confio que CDD nunca será silenciada.

O Desafio da Diversidade Sexual em Tempos Ultraconservadores

Mary E. Hunt

MARY E. HUNT é teóloga feminista católica, co-fundadora e co-diretora da *Women's Alliance for Theology, Ethics, and Ritual (WATER)*, em Silver Spring, Maryland, EUA. É professora adjunta do Programa de Estudos da Mulher da Georgetown University e autora de *Fierce Tenderness: A Feminist Theology of Friendship*.

É com grande satisfação que me uno a estes distintos palestrantes na celebração do décimo aniversário de Católicas pelo Direito de Decidir. O fato de que esta organização foi estabelecida e sobreviveu — eu diria floresceu — nas condições eclesiais e políticas atuais atesta que o nosso trabalho como católicas progressistas é possível e necessário.

Felicito a Zeca (Maria José Rosado) e a toda a equipe. Desejo-lhes, como sempre dizem os jesuítas, *ad multos anos*, muitos anos mais de sucesso. Agradeço-lhes por tudo que contribuem com as mulheres em todas as partes do mundo.

O enfoque do meu comentário é a diversidade sexual nos nossos tempos ultraconservadores. Tento examinar a importância de estender a agenda de assuntos de saúde reprodutiva à sexualidade, no seu sentido mais amplo, principalmente ao apoio aos direitos de pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais, transexuais. Estou falando de uma teologia católica feminista pró-sexo.

Alguns diriam que CDD e grupos semelhantes estão mais do que ocupados e que só complicarão o seu trabalho ao se dirigirem a assuntos da diversidade sexual. Eu penso que a verdade é o contrário: os temas estão conectados e, mais ainda, as pessoas que trabalham com eles compartilham compromissos comuns. Espero poder explicitar algumas destas articulações e, assim, ajudar os/as componentes dos movimentos religiosos e dos movimentos seculares a entendê-las.

A minha posição baseia-se no compromisso feminista de que nenhuma de nós está livre até que todas estejam

livres e também parte da tradição de justiça social católica que afirma a dignidade e o valor de todos os seres humanos. Considero-a teologia especulativa no seu melhor sentido e uma chamada católica para a diversidade sexual. Meu ponto de vista emerge da minha existência como feminista lésbica, norte-americana, branca, classe média.

Permitam-me oferecer três idéias básicas que são indicativas da necessidade de ampliar a nossa agenda. Assim, quando afirmamos "o direito de decidir" estamos falando mais do que o direito de optar ou não pelo aborto. Também queremos dizer o direito de ser sexual, ou não ser sexual, quando, com quem e como. Como o pensamento católico, nestes assuntos, contribuiu para a situação de opressão em que vivemos, e como a mesma tradição tem recursos que podem ser tão úteis, examinarei a expressão "católica" do problema. Espero que a minha análise, partindo da tradição católica, possa ser útil, muito além dela mesma.

Antes, é necessário oferecer algumas palavras sobre o contexto ultraconservador, para que vocês situem as minhas preocupações. Como residente nos Estados Unidos tenho que reconhecer o impacto desproporcional do meu país sobre o resto do mundo. A eleição de George W. Bush e a entrada do Vice-presidente Dick Cheney, do Procurador Geral John Ashcroft e do Secretário de Defesa Donald Rumsfeld no cenário global significaram novas restrições na liberdade pessoal e mais apoio à política hegemônica, militar e econômica estadunidense e principalmente depois do "11 de Setembro" significaram uma guerra contra o terrorismo que de fato é uma guerra contra qualquer pessoa que não seja branco, europeu, cristão, rico, casado.

Os imigrantes muçulmanos nos Estados Unidos vivem em terror, muitas mulheres com crianças dependentes vivem na pobreza e os demais vivem a experiência difícil de

livres e também parte da tradição de justiça social católica que afirma a dignidade e o valor de todos os seres humanos. Considero-a teologia especulativa no seu melhor sentido e uma chamada católica para a diversidade sexual. Meu ponto de vista emerge da minha existência como feminista lésbica, norte-americana, branca, classe média.

Permitam-me oferecer três idéias básicas que são indicativas da necessidade de ampliar a nossa agenda. Assim, quando afirmamos "o direito de decidir" estamos falando mais do que o direito de optar ou não pelo aborto. Também queremos dizer o direito de ser sexual, ou não ser sexual, quando, com quem e como. Como o pensamento católico, nestes assuntos, contribuiu para a situação de opressão em que vivemos, e como a mesma tradição tem recursos que podem ser tão úteis, examinarei a expressão "católica" do problema. Espero que a minha análise, partindo da tradição católica, possa ser útil, muito além dela mesma.

Antes, é necessário oferecer algumas palavras sobre o contexto ultraconservador, para que vocês situem as minhas preocupações. Como residente nos Estados Unidos tenho que reconhecer o impacto desproporcional do meu país sobre o resto do mundo. A eleição de George W. Bush e a entrada do Vice-presidente Dick Cheney, do Procurador Geral John Ashcroft e do Secretário de Defesa Donald Rumsfeld no cenário global significaram novas restrições na liberdade pessoal e mais apoio à política hegemônica, militar e econômica estadunidense e principalmente depois do "11 de Setembro" significaram uma guerra contra o terrorismo que de fato é uma guerra contra qualquer pessoa que não seja branco, europeu, cristão, rico, casado.

Os imigrantes muçulmanos nos Estados Unidos vivem em terror, muitas mulheres com crianças dependentes vivem na pobreza e os demais vivem a experiência difícil de

1. A Igreja Católica institucional emprega os mesmos argumentos para condenar o aborto e o amor homossexual, ou seja, afirma que são moralmente e seriamente incorretos, sem levar em consideração o contexto, as circunstâncias ou a intenção envolvida

O primeiro e mais óbvio enlace é que se emprega o mesmo tipo de linguagem para condenar a ambos, ao aborto e à homossexualidade. Qualificam-se como "mal grave", "moralmente irregular" e "intrinsecamente incorreto". Uma linguagem que faz "essencial" coisas que são diferentes, que trata o aborto e a homossexualidade da mesma forma em todas as instâncias, sem permitir nenhuma diferenciação ou distinção. Por exemplo, um aborto na quinta semana e um aborto na trigésima semana são julgados da mesma maneira. Uma relação homossexual monogâmica comprometida é igual a uma diversão de uma noite.

O segundo enlace é que o assunto sempre se define em termos de atos, não de intenções. A retórica católica lê o aborto como se ele existisse só, independente da mulher grávida. Igualmente trata a homossexualidade como se ela fosse uma coisa que pudesse ser examinada e medida, como um só aspecto de uma personalidade completa, que se evidencia quando se procura demonstrar o amor. No mundo pós-moderno, nossos julgamentos morais não fundamentam-se simplesmente em atos, mas sim no contexto em que eles acontecem, nas intenções que os causam, e na base de suas conseqüências.

Se voltarmos atrás e considerarmos um ato isolado de tais fatores, operaremos a partir de uma epistemologia antiquada. Isto é importante, porque às vezes acreditamos que simplesmente não concordamos com a instituição *kyriarquica*. Penso que é importante entender que ope-

no continua igual. A esta mistura política e teológica junte a pandemia de HIV/AIDS e teremos uma receita fatal.

Ainda gasta-se um bilhão de dólares diariamente para manter as tropas estadunidenses no Iraque, onde a guerra continua, apesar de não ocupar as manchetes. São necessários mais bilhões para financiar as pesquisas científicas para descobrir uma vacina contra HIV/AIDS e para fazer com que cheguem remédios efetivos aos que já estão infectados. O HIV e a AIDS são hoje assassinos seletivos: uma doença crônica, mas manipulável para os que têm acesso aos fármacos e uma sentença de morte para os que não têm. Outra vez se separarão os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento e dentro destes países aqueles com e sem recursos.

Nos Estados Unidos, um dos grupos nos quais a doença está crescendo mais rapidamente é o das mulheres afro-americanas, muitas infectadas por homens que, elas não sabiam, também tinham relações sexuais com outros homens. Em Washington, na comunidade de transexuais há uma taxa de infecção de homem para mulher de mais de 35%. Com certeza há situações paralelas pelo mundo inteiro nas quais as mulheres infectam-se sem saber e os homens participam de atos sexuais considerados tabu, pelos quais não aceitam a responsabilidade publicamente. Igualmente, a comunidade transexual é oprimida pela ignorância e pela discriminação.

O que eu concluo de tais dados é que a sexualidade não é comum na nossa situação ultraconservadora. É necessário considerá-la junto às questões relacionadas às decisões reprodutivas e outras formas de justiça social. Permitam-me que eu comente como podemos modificar essa situação, por explorar a relação entre os direitos reprodutivos e a diversidade sexual no contexto católico romano.

que produziu uma "opção preferencial pelos pobres", por exemplo. A liderança moral necessária no ambiente ultra-conservador atual não existe entre a hierarquia católica.

2. Empregam-se as mesmas táticas para pressionar os mais vulneráveis — as mulheres grávidas e pessoas lesbianas, homossexuais, bissexuais, transexuais — a defenderem suas atitudes, enquanto há tolerância para outros que cometem atos prejudiciais contra essas pessoas

Outra relação entre a posição católica sobre o aborto e a homossexualidade é a subjugação dos mais vulneráveis, ou seja, as mulheres grávidas contra a sua vontade e os que se orientam sexualmente por pessoas do mesmo sexo, que é a objeção mais perniciosa imaginável. Tal objeção pode resultar em violência, e muitas vezes resulta. Resguardado na retórica da doutrina e do ensino, a posição católica utiliza uma linguagem e conceitos nocivos. Por exemplo, das mulheres que tiveram abortos dizem que pecaram gravemente e que elas mesmas excomungaram-se, apesar de suas intenções. E das pessoas que as ajudaram também são chamadas pecadoras. A violência nas clínicas de aborto, causadora da morte de pessoas da equipe médica, que deixou as mulheres com medo de exercer seu direito de decidir deriva facilmente de tal retórica.

Pessoas lesbianas e homossexuais, inclusive as que vivem relações comprometidas e monogâmicas, são consideradas pecadoras. Cada expressão do nosso amor está condenada. Crimes de ódio contra lesbianas, homossexuais, bissexuais e transexuais têm suas raízes nos ensinamentos que se opõem à homossexuals. Os ensinamentos da Igreja não são inocentes.

ramos a partir de pontos de vista muito diferentes, e um deles obviamente é o mais poderoso.

O terceiro enlace é que a linguagem oferece indícios da filosofia do mundo dos que condenam o que não entendem. É duvidoso, no melhor dos casos, que homens supostamente celibatários pronunciem-se em assuntos relacionados a opções reprodutivas femininas. Temas tão profundamente pessoais, tratados por uma mulher, por seu médico/a e por seu companheiro/a estão fora do alcance e da capacidade de oficiais eclesiásticos. A pergunta é por qual motivo os clérigos o consideram assunto seu e por qual motivo falam em nome de toda a comunidade católica? Outra pergunta: e por qual motivo permitimos que o façam?

Da mesma forma, o amor homossexual saudável, expressado responsável e mutuamente, simplesmente está além do marco da análise da maioria dos clérigos católicos. O que aprendemos por meio dos escândalos de pedofilia sacerdotal e das coberturas episcopais nos Estados Unidos é que a maioria dos clérigos possui um conhecimento muito básico, ou seja, primitivo, da sexualidade e uma capacidade ainda mais limitada de imaginar o que o sexo adulto, responsável e saudável pode ser. Esta incapacidade — ou talvez recusa — de entender a complexidade da experiência humana os impede de serem proveitosos, porque a vontade aparente de dar maior importância ao bem-estar da igreja institucional que à segurança dos vulneráveis torna impossível a confiança nos seus juízos morais. Mais uma vez, a pergunta é: para que levá-los a sério?

Trata-se de uma grande perda para uma tradição que em gerações anteriores produzia filosofia moral sofisticada e cuja história reflete a sua oposição à escravidão, à guerra e à injustiça econômica. Os líderes da Igreja Católica prejudicam pessoas, cujas vidas opõem-se a seus pronunciamentos. Negam um serviço à rica tradição moral

trolados por leis que os governos promulgam sob pressão da Igreja Católica para manter sua visão católica de mundo. Uma posição pró-direito de decidir católica apresenta outra visão global católica que é preciso entender seriamente como católica e que deve ser considerada no processo legislativo.

A relação entre a saúde reprodutiva e os assuntos lésbicos, homossexuais, bissexuais e transexuais é a mais clara em matéria de entendimentos básicos da sexualidade. São aqueles fatos fundamentais que mudaram nas nossas culturas e aos quais as forças ultraconservadoras se opõem. Assim, como se diz às mulheres grávidas que elas serão pecadoras se cometerem abortos, se diz às pessoas que escolhem um companheiro do mesmo sexo que vamos contra a lei da natureza quando participamos de atos cujo objetivo não é a procriação heterossexual. Promulgam-se leis sobre esta base e arruinam-se ou perdem-se vidas quando se rompem as leis. O desafio é articular uma posição católica pró-sexo, independente da orientação ou da identidade sexual, cujo fundamento é o entendimento contemporâneo da sexologia e da sociologia.

Assim, como é o caso do aborto, uma posição católica pró-sexo parte do conceito de que o sexo é um direito humano e não um privilégio dos que escolhem serem sexuais com pessoas do sexo oposto. Falta uma teologia moral católica pró-sexo e temos de criá-la. Comecei a criá-la no meu discurso sobre "sexo bom, sexo justo" (traduzido por CDD e disponível em português). Na minha opinião, o sexo que é seguro/protegido dá prazer, constrói comunhão e conduz à justiça e é um direito humano. O movimento em direção ao casamento homossexual tem seu fundamento nesta filosofia. Tenho dúvidas sérias quanto à sabedoria de reforçar o casamento como o paradigma de relações dominantes. Prefiro, pelo contrário, modelos de amizade e de comunhão que incluem a

Seria fácil para mim, como teóloga, rejeitar tais opiniões teológicas da igreja *kyriarquica* por serem tecnicamente inadequadas, já que não levam em conta os dados da ciência social contemporânea, não dão importância à experiência de boas pessoas, contradizem os valores básicos de amor e justiça que triunfam contra qualquer interpretação restritiva das escrituras ou contra qualquer aderência firme a doutrinas anteriores. Eu as considero uma forma de violência contra pessoas de boa fé e recomendo com afinco a sua rejeição. Entretanto, a experiência dolorosa de algumas mulheres que decidem terminar sua gravidez, por motivos que só a elas concernem, e a experiência de muitas pessoas homossexuais que se sentem excluídas da comunidade eclesial que amam, fazem com que seja impossível, para mim, passar por cima de tais ensinamentos como se fossem corriqueiros.

Penso que é importante afirmar publicamente que uma posição pró-direito de decidir católica significa seriedade com as mulheres — nossos corpos e nossas opções —, com a confiança de que tomaremos o mesmo cuidado generoso que tomavam nossos antepassados. Uma posição pró-direito de decidir católica significa seriedade com a vida fetal, dando ao feto um valor moral que cresce com o passar do tempo, sem contrapô-lo jamais à mulher em cujo corpo reside, nem confundir um feto com uma pessoa num processo de tomada de decisão moral. Uma posição pró-direito de decidir católica significa trabalhar para garantir que cada mulher tenha acesso aos meios para tomar decisões sobre a educação sexual, o controle da natalidade, o aborto legal e econômico, seja ele farmacêutico (RU-486) ou cirúrgico. Igualmente importante, uma posição pró-direito de decidir católica inclui a criação dos apoios econômicos e sociais que permitam que as mulheres tomem verdadeiras decisões em relação a seu corpo, inclusive a capacidade de decidir se, quando, com quem e como ser sexual. Muitos desses assuntos são con-

sexo provoca as precauções para garantir que a atividade sexual seja saudável e protegida. Afirmar também decisões sexuais que promovem o bem-estar da comunidade. Promove modelos públicos de amor que outros podem emular, independente do sexo dos indivíduos participantes. Tal teologia promove um sexo que aumenta a justiça no mundo, tanto a justiça sexual com respeito a esse direito humano, como outras formas de justiça econômica, racial e política, que fluem a partir de relações corretas. Este ponto de vista pró-sexo toma como dado que o sexo em si é bom e distingue-se fundamentalmente do ponto de vista anti-sexo que forma a base da agenda anti-aborto e anti-homossexual. Isto é algo novo para o catolicismo, que sempre restringiu o ato sexual ao casamento procriador.

Hoje em dia, as leis na maioria dos países proíbem o casamento homossexual. Esta situação está mudando porque as perspectivas em relação ao sexo mudaram. Além de conceder certos direitos, o casamento (ou seu equivalente) também implica na aprovação social pública. Estas mudanças legais refletem uma moralidade que o Vaticano resiste tão fortemente. Seu último documento contrário aos casamentos homossexuais de fato opõe as implicações desta perspectiva do sexo. Minha previsão é de que, assim como o controle da natalidade anos atrás, os esforços a favor do casamento homossexual só se esclarecerão e se intensificarão como resultado dos protestos do Vaticano, avançando assim uma agenda pró-sexo. Obrigada ao papa!

3. Os políticos invocam a ira da igreja *kyriarcal* ao apoiarem a legislação progressiva

Quando o Vaticano difundiu, em 3 de junho de 2003, seu texto intitulado "Comentário Sobre a Proposta para dar Reconhecimento Legal às Uniões entre Pessoas Ho-

todos sem levar em conta se a pessoa tem um companheiro ou não. Prefiro, pelo contrário, separar aqui a religião e a política e transferir todos os assuntos cívicos que têm a ver com os casais, aos casais domésticos. Então, quaisquer duas pessoas podem escolher um arranjo legal. Prefiro deixar os aspectos ao manejo das respectivas comunidades de fé.

No aspecto prático, penso que se o casamento é o que concede privilégios (econômicos, sociais e legais — nos Estados Unidos as leis matrimoniais regulam mais de mil assuntos federais) deve estar igualmente disponível, independente do sexo dos envolvidos. Este ponto de vista baseia-se na igualdade radical que dividimos como parte da criação, o puro fato de que o casamento não é mais necessário para a procriação e a procriação não é mais a razão de ser das mulheres. Pelo contrário, o sexo nas suas formas variáveis é, na nossa época, uma maneira simbólica de dividir o amor, uma expressão física da força da vida, uma forma brincalhona de um casal responsável se relacionar, que contribui com o bem-estar da comunidade. Uma teologia moral pró-sexo precisa refletir sobre essa realidade. É possível que alguns tenham relações sexuais heterossexuais com o objetivo da procriação, mas eu penso que é razoável propor que a procriação simplesmente não é mais o assunto principal. Preocupações com a população e as decisões das mulheres de terem menos filhos fazem com que essa consideração seja bem-vinda.

Neste contexto, a orientação homossexual é meramente uma das maneiras pelas quais as pessoas exercem o direito humano de serem sexuais. Outra é a decisão de ser celibatário e outra ainda é viver uma relação heterossexual que não chega ao casamento e/ou a filhos. Preocupações morais católicas enfocam-se não no sexo dos indivíduos, ou na genitália envolvida, mas sim em saber se a relação é mútua e consensual. A moralidade católica pró-

se, mas sim os aspectos eclesiais que determinam quem decide o que é moralmente correto, quais são as posições católicas (observem que aqui sugiro o "plural") sobre os assuntos e como são apresentadas tais posições no âmbito público. Afinal, a pergunta apresentada é: quem é a Igreja?

Se estamos contentes com deixá-la nas mãos da hierarquia, passaremos os próximos dez anos lutando batalhas semelhantes. Pelo contrário, eu proponho que aproveitemos a oportunidade desta ocasião comemorativa para reconhecer que CDD e grupos afiliados em todas as partes do mundo começaram a ser Igreja de uma nova maneira. Comportamo-nos como Igreja, como católicos críticos, maduros, responsáveis que não temem perguntar a si mesmos, ou uns aos outros, as perguntas difíceis, assim como as perguntamos à hierarquia.

Então, podemos esperar que o trabalho da próxima década tratará de trabalho menos crítico e mais construtivo, menos reação à instituição e mais formação de comunidades que estabeleçam suas próprias normas éticas de acordo com outros. Este é o modelo que eu penso que será mais capaz de formar uma teologia moral pró-sexo e vivê-la ainda em tempos ultraconservadores.

Um primeiro passo neste sentido é entender a agenda sexual como uma verdadeira agenda única, modificando-a de anti-sexo para pró-sexo. Temos de reconhecer que a diversidade sexual verdadeiramente existe entre nós e devemos respeitá-la, assim como os direitos reprodutivos são sagrados ainda para aquelas cujas atividades sexuais não resultam em gravidez.

Um segundo passo é esclarecer e publicar para as pessoas que procuram dividir esforços a favor da justiça e que trabalham pelos direitos reprodutivos, que precisam fazer referência específica à diversidade sexual como influência na prática desses direitos, enquanto as pessoas

mossexuais", assinado pelo Cardeal Joseph Ratzinger, com a aprovação explícita do papa João Paulo II, teve um momento de *déjà vu* lembrando-me de declarações semelhantes aos políticos sobre o tema do aborto. Os autores declaram que as uniões homossexuais não se parecem de forma alguma com um casamento heterossexual (ver parágrafo 4) e que se a adoção de crianças por casais homossexuais for permitida "de fato se cometerá violência contra essas crianças" (parágrafo 7). Ambas as declarações estão erradas desde o início: as uniões entre duas pessoas são uniões importantes independente da constelação (agrupação) sexual envolvida e estudos demonstram que crianças adotadas por famílias homossexuais florescem muito bem no mundo.

Mas depois de expor posições tão duvidosas, os autores dirigem-se aos políticos: "se é verdade que todos os católicos têm a obrigação de se opor ao reconhecimento legal das uniões homossexuais, os políticos católicos têm a obrigação de fazê-lo especialmente" (parágrafo 10), tal como foi o caso do aborto. Citam a carta encíclica *Evangelium Vitae* para impelir os políticos para que façam o melhor possível, quase a ponto de reconhecer que entram numa batalha política, depois da perda da batalha teológica. E, assim, podemos antecipar outro período de intriga católica, empregando recursos da Igreja inteira para promover posições que contradizem uma teologia moral pró-sexo. E, por que, agüentamos quando outras igrejas têm assembléias, conferências gerais e outros processos transparentes e democráticos para manusear o dinamismo da religião e da ética? Eu proponho que aqui está o centro do problema, que nós como católicas temos que defender os nossos direitos como membros de nossa comunidade, afirmando e rejeitando conforme as nossas melhores experiências e com a expectativa de que as demais farão o mesmo. Precisamos enfrentar não tanto os aspectos da sexualidade, que foram o enfoque da minha análi-

que trabalham em assuntos da diversidade sexual precisam fazer referência explícita aos direitos reprodutivos como parte de nossa agenda.

Um terceiro passo é abraçar-nos nesta diversidade e compromisso. Podemos ter confiança que com o tempo nossas decisões podem mudar e nossas relações tomarão muitos rumos. Podemos afirmar, com toda a humildade, que nenhuma de nós tem a resposta final. Com as mudanças profundas que estão acontecendo, graças a pessoas transexuais, no que entendemos como macho e fêmea, as mulheres e os homens, todas as nossas categorias estão em estado de fluxo. Mas uma teologia pró-sexo que afirma a segurança, o prazer, a formação da comunidade e a justiça pode fornecer alguma coisa de orientação moral no meio da mudança. Nestes dias ultraconservadores estes passos podem parecer arriscados e inclusive mal aconselhados. Pode parecer que há mais sentido em lutar com mais firmeza para ganhar sua própria porção de totalidade. Ao contrário, eu penso que a longo prazo somos nossa própria e melhor apólice de seguro. Somos condenados pelas mesmas pessoas que se opõem por motivos semelhantes. Mas também somos unidas no nosso compromisso de empregar os consideráveis recursos da mesma tradição para criar políticos e comunidades construtivas, num mundo justo. Minha esperança é a de que faremos exatamente isto na próxima década, na boa companhia de todos nós.

Obrigada. Isso é tudo.

Fundamentalismo e Subjetividade – Uma Perspectiva Filosófica e Teológica Feminista*

Ivone Gebara

* Antes de partilhar com vocês minha reflexão, quero nos felicitar por estes 10 anos de luta e solidariedade com tantas e tantas mulheres. Quero, sobretudo, felicitar a equipe de Católicas e de maneira muito particular a querida Zeca (Maria José Rosado). Ela tem sido não apenas uma corajosa liderança feminista, sobretudo em Católicas, mas mentora de muitas novas feministas trabalhando na área da sociologia da religião e em outras áreas. Há um número crescente de mulheres acompanhadas em teses de mestrado e doutorado por Zeca. Assim, além dos 10 anos desta ONG, temos muita gratidão a ser expressa e muito trabalho a ser reconhecido para além das fronteiras de Católicas.

IVONE GEBARA, nascida em São Paulo, vive em Pernambuco há mais de 30 anos. Filósofa e teóloga feminista dá cursos e assessorias no Brasil e no exterior. Tem vários livros e artigos publicados em várias línguas e países. Seu último livro publicado na Bélgica retoma seu itinerário pessoal de busca de liberdade: *"Lex eaux de mon puits" - Réflexions sur des expériences de liberté*, Editions Mols, Belgique, 2003. É do conselho de Católicas pelo Direito de Decidir e membro da Associação de Teólogas e Teólogos do Terceiro Mundo.

O uso da palavra *fundamentalismo* está na moda. É uma das palavras que entrou no vocabulário das análises sociais, políticas, econômicas e religiosas como uma espécie de conceito capaz de explicar alguns comportamentos considerados negativos dentro da complexidade de nosso mundo atual. O conceito toca em atitudes pessoais e sociais que chamam à atenção, sobretudo quando exprimem a acentuação de diferenças entre pessoas e grupos e em decorrência justificam comportamentos intolerantes e violentos. O conceito toca, de maneira particular, em grupos religiosos e políticos convencidos de guardar a pureza de suas tradições e por causa disto assumem posturas ofensivas e defensivas em relação a tudo o que possa apresentar-se como ameaça à sua integridade psicológica e social.

Sabemos que o termo tem uma origem contextual. Foi cunhado nos Estados Unidos entre 1910 e 1915 por homens protestantes que se opunham ao modernismo teológico e afirmavam a infalibilidade da Bíblia. Estavam temerosos que o progresso da exegese moderna e do liberalismo teológico pudessem minar os conteúdos tradicionais da fé cristã. Por isso, empregaram a palavra *fundamentals* para indicar os conteúdos fundamentais e indiscutíveis da fé cristã, conteúdos que deveriam ser mantidos e preservados de todas as influências consideradas nocivas. Poderíamos até dizer que, neste sentido, todos os grupos organizados guardam um certo fundamentalismo, ou seja, princípios, crenças, comportamentos que lhes parecem fundamentais e básicos para a estruturação mesma do grupo e para a afirmação de sua identidade pró-

pria. E por causa disto, muitas vezes, tornam-se intolerantes com os que criam certas dissensões. Hoje, entretanto, estamos vivendo uma espécie de exacerbação da tendência fundamentalista e isto tem gerado várias formas de violência, sobretudo contra as mulheres, os homossexuais e os grupos marginalizados.

Para os fundamentalistas cristãos norte-americanos do início do século XX, a história estava mal. Acreditavam que somente uma volta ao Cristo, a inerrância da Bíblia poderia evitar a condenação eterna da humanidade e, conseqüentemente, poderia endireitar as vias tortuosas assumidas pela sociedade norte-americana. É a religião, sobretudo em sua dimensão individual, que teria o papel de proporcionar uma volta aos caminhos da ordem e da harmonia. Esta é a mensagem retomada por tantos televangelistas norte-americanos que desde a década de 70 preparam o seu público para a volta aos valores fundamentais da fé, por meio da persuasão e da delimitação clara entre o que consideram bem e o que consideram mal. Este processo religioso aumentou muito nos últimos anos para além das fronteiras norte-americanas.

Em pleno século XXI, o mundo e as mentes humanas se tornam cada vez mais dualistas. A partir desta forma de dualismo é possível detectar o lugar em que se situam as forças inimigas, as forças satânicas e o lugar no qual estariam as forças do bem. Neste particular, acentua-se o papel de algumas lideranças consideradas carismáticas, porque capazes de impressionar multidões por sua força de persuasão.

O mesmo fenômeno norte-americano é exportado e copiado por pastores no Brasil e em outros países da América Latina, sobretudo desde os tempos das ditaduras militares até os dias de hoje. Daí a importância de situarmos a origem contextual deste fenômeno nos Estados Unidos e sua influência nas Américas. Se este modelo

particular de fundamentalismo começa nas igrejas protestantes, a Igreja Católica parece ter seguido a mesma dinâmica, embora com algumas diferenças de expressão. Há uma volta à disciplina e ao centralismo hierárquico depois dos ares de abertura trazidos pelo Concílio Vaticano II. Uma vez mais abrimos mão de nossa capacidade de pensar e de nossa liberdade, em favor de um projeto de sociedade e de igreja elitistas. O poder centralizador se vê reforçado e consegue influir nas políticas públicas e na vida das massas desejosas de segurança.

Aparentemente esta religião, de base autoritária, nada tem a ver com a política. Entretanto, sabemos que ela é não só eminentemente política-elitista, mas que age a partir da atuação de vários políticos e quer influenciar os diferentes aspectos da vida pessoal e social e, por isso, a política se tornou um lugar privilegiado para o discurso religioso fundamentalista. Por sua vez, os políticos se tornaram uma espécie de pregadores religiosos em ambientes aparentemente seculares. A religião torna-se novamente e explicitamente um fundamento para os comportamentos políticos. Não se trata apenas de atitudes assumidas por meio de um consenso entre cidadãos, mas os comportamentos políticos passam a ser explicitados a partir de uma ética política dita de Deus, afirmada como expressão da vontade de Deus para a humanidade ou para esta nação em particular.

Nos últimos anos, esta espécie de fundamento religioso das políticas nacionais e internacionais tem tomado corpo e expressão pública de maneira particular no cristianismo e no islamismo. É como se os homens estivessem convencidos da insuficiência de suas razões humanas para assumir comportamentos beligerantes uns em relação a outros e precisassem da afirmação de uma vontade superior para justificar suas ações. Espalha-se uma desconfiança moral em relação à capacidade humana de

endireitar ou escolher seu próprio caminho. Então, esta vontade superior, encarnada na figura de alguns poucos eleitos, aparece como a única saída, uma saída ao mesmo tempo extremamente boa e extremamente exigente. Os governantes explicitamente devotos de crenças religiosas aparecem como obedientes a esta vontade superior e, ao mesmo tempo, os únicos capazes de traduzi-la como sendo historicamente vontade de Deus.

A partir desta ideologia religiosa, a humanidade parece ter perdido a maioria humana. Regredimos em relação às conquistas da Modernidade, sobretudo na linha da valorização das conquistas da razão pensante e da liberdade. A humanidade não consegue mais justificar certas ações em seu próprio nome. Necessita de uma vontade superior para explicar os absurdos e a violência de certos comportamentos. Se erros houver, e sabemos que estão sempre presentes, é mais fácil lidar com argumentos religiosos sempre passíveis de novas interpretações do que com argumentos políticos em que o nosso nome deve aparecer de forma explícita. É mais fácil ter sido obediente a Deus e assassino de grupos humanos do que assassino obediente a seus próprios objetivos de dominação. O julgamento da história seria mais radical no segundo caso e aparentemente mais brando no primeiro. Por isso, para matar ou para explorar é sempre melhor quando isto se faz em nome de Deus ou até em nome de alguma instituição social considerada acima da existência cotidiana dos simples mortais.

Os movimentos feministas, a partir de suas múltiplas expressões, buscaram uma afirmação dos direitos femininos, de certa forma independentes de uma fundamentação religiosa. Afirmaram a laicidade do Estado, do Direito e da Cidadania como direitos igualitários de mulheres e homens. Não foi primeiro em nome de nenhuma divindade e de nenhuma igreja que as mulheres denunciaram a

violência contra seus corpos e as injustiças em relação à sua condição social. Mas seus próprios corpos testemunharam sobre a veracidade de suas palavras.

Os movimentos feministas se afirmaram a partir de uma perspectiva humanista igualitária, do direito e das ciências, das denúncias de violência contra as mulheres de todas as idades e classes sociais. Denúncias, estas observáveis a olho nu. Entretanto, os movimentos políticos de expressão religiosa sempre afirmaram suas convicções antifeministas, a partir de argumentos religiosos ou ligados a uma tradição cultural de cunho religioso. O confronto foi inevitável e a dificuldade de diálogo um fato.

Conhecemos toda uma série de agressões em diferentes partes do mundo e, particularmente, no Brasil entre feministas e antifeministas religiosos/as. Suas argumentações parecem tocar o mais profundo da sensibilidade humana cristã. Falam de forma contundente do princípio do respeito absoluto à vida. Falam de Deus como proprietário único da vida. Falam do cuidado e amor de Jesus Cristo com cada pessoa, com cada Ser desde o momento de sua concepção e insistem na presença da alma espiritual entregue por Deus no momento mesmo da junção entre o óvulo e o espermatozóide. Na ordem dos princípios, tudo parece ser comandado pelo amor absoluto e pela ordem absoluta! Estes argumentos, num primeiro momento, não convidam à racionalidade histórica, isto é, não convidam ao pensamento, à reflexão, à distância crítica. Estes argumentos tomam a emoção, o sentimento das pessoas, a capacidade interior de compaixão e de temor diante da magnificência do poder divino.

O mesmo apelo à força divina na luta pela preservação da vida incipiente é utilizado para argumentar a necessidade de guerras e até a afirmação de alguns sobre a necessidade da guerra justa contra povos e nações que parecem desviar-se do direito e da liberdade. E a argumen-

tação a partir de princípios nunca consegue levar ao enfrentamento com a crueldade da vida e com a realidade de violência na qual vivemos. Esta argumentação religiosa camufla o real por meio de um discurso idealista.

Abrimos, assim, as portas para pensar as bases subjetivas e emocionais dos fundamentalismos políticos e religiosos. Não há simetria de argumentos entre a racionalidade histórica de certas análises — incluindo-se aqui as análises feministas em relação ao corpo feminino — e a emocionalidade dos argumentos fundados nos princípios religiosos. Estamos em bases diferentes, pisamos em solos opostos, usamos referências distintas. As forças que convidam a pensar são contrariadas pelas forças de uma emoção ideologizada, pelo apelo ao divino dominador, pela irracionalidade que aparece como fundamento da complexa constituição humana. Estas ideologias religiosas resgatam uma certa emoção periférica, capaz de bloquear o pensamento e impedir análises contextualizadas. Resgatam igualmente, no caso do Brasil, o caldo cultural religioso escravista que faz parte da formação da cultura nacional. A dependência em relação aos senhores, sejam eles reis, príncipes ou papas, parece ter marcado nossa tradição cultural coletiva e ainda se reproduz de diferentes maneiras.

A emocionalidade religiosa e política alienadas, que trai as emoções verdadeiras, tornam o diálogo entre os diferentes grupos quase impossível, visto que os argumentos se encontram em níveis de argumentação e experiência diferentes.

O nível deste tipo de emoção parece, na maioria das vezes, sobrepor-se à razão pensante, o que busca compreender antes mesmo de afirmar o incompreensível. A razão que deseja sublinhar sua capacidade cognitiva antes de render-se às forças misteriosas, que parecem querer governar a história humana, é reduzida a uma instância rebelde às leis divinas. Conhecemos esta contradição

não só porque como feministas observamos o desenrolar da História, não só porque nos damos conta dos processos conflitivos vividos em diferentes instâncias de representação política, mas porque lemos esta dubiedade, ou esta contradição, no interior de nosso próprio corpo e nos movimentos que representamos. Entendemos o fundamentalismo porque somos capazes de discernir sua presença no interior de nossa subjetividade. Entendemos a força da irracionalidade porque a captamos em nossos comportamentos diários.

A cultura patriarcal, na sua pretensa racionalidade, nos impôs a *não-razão* como limite de pensamento e ação. Afirma-se uma espécie de *não-razão* governando a razão. E esta *não-razão* ideal, emocional, primitiva, submissa, dependente é afirmada como Deus, como Direito divino, natural e superior a qualquer razão. Nossa subjetividade cultural é marcada por essa espécie de contradição íntima, de desproporção, de ambigüidade, de bi-polaridade e de quase alienação interna. O calafrio, a culpa, o medo do irracional nos rondam continuamente e se não formos educadas à luz de uma concepção antropológica-ético-humanista corremos o risco de sermos dominadas e sucumbirmos ante a irracionalidade disfarçada em razão ético-religiosa.

A afirmação da superioridade da *não-razão* acaba justificando tanto as teologias da libertação, como o seu extremo: as teologias da abundância. Ambas apelam para Deus como princípio condutor de suas ações. Assim, a *não-razão* de muitos nomes históricos e religiosos acaba justificando os comportamentos mais contraditórios. Pode justificar o martírio por amor aos pobres, aos indígenas, aos marginalizados e pode justificar as cruzadas de extermínio aos infiéis ou as ocupações imperialistas em favor da vitória do Deus único.

A pretensão da teologia feminista e da filosofia feminista não é a de eliminar a *não-razão*, mas de mudar a com-

preensão geográfica desta *não-razão*. E isto porque a geografia, entendida aqui de forma analógica, como uma re-dimensão da espacialidade e da temporalidade de nossos valores e crenças pode nos ajudar a perceber que a forma é capaz de modificar o conteúdo. A partir de uma nova geografia podemos re-situar o lugar da emocionalidade e da racionalidade numa nova configuração, num novo modelo, e, portanto, numa tentativa de nova compreensão do ser humano.

Queremos pensar a complexidade do ser humano não como estruturas hierárquicas superpostas a partir das quais se afirma "a não racionalidade" idealizada e idealista como base da racionalidade. Queremos afirmar o ser humano como *mistura* na qual os diferentes elementos que nos constituem, elementos conhecidos e desconhecidos, formem uma teia complexa de movimentos ou de fios que se entrecruzam para manter-se. De forma que propõe-se que não falemos de forças superiores fora de nós, mas de forças de nós, em nós e a partir de nós conjugadas e interdependentes com o conjunto de nosso eco-sistema.

Nossa história pessoal e coletiva não tem seu fundamento último ou fundamento primeiro num princípio de *não-razão*, mas na transcendente mistura que nos constitui. Nossa história pessoal e coletiva não pode mais ser afirmada na forma de hierarquias excludentes, mas de forma circular, elíptica, arredondada, múltipla e misturada. Assim, nossa racionalidade é racional, emocional, portanto é marcada pelo fato de ter e ser tudo em tudo. Somos assim: com fundamento e sem fundamento, sem princípios e com princípios, sem Deus acima, mas com o divino em nós e no meio de nós. Esta nova geografia humana re-situa o princípio de responsabilidade pela história em nossas mãos e nos convida a pensar o mundo a partir de nós mesmas e a assumir a responsabilidade pelos rumos de nossa história, *em nosso próprio nome*.

O movimento feminista, hoje, mais do que em outros tempos, é desafiado a pensar não apenas a partir das mulheres, mas a partir de novas relações sociais, de novas compreensões antropológicas e filosóficas, em vista do estabelecimento possível de uma nova ordem mundial. Nos abrimos, assim, a um outro fundamentalismo, aquele que busca afirmar novos fundamentos, novas bases para a compreensão e ação humanas. Entretanto, estes *fundamentos* deveriam se afirmar na abertura contínua aos desafios da história coletiva, sempre maior do que as ações de um único indivíduo e do que a pretensa fidelidade a uma tradição patriarcal. É este processo coletivo de crescimento humano qualitativo que passa a afirmar-se como novidade. Uma novidade, sem dúvida, misturada de velho e novo, mas novidade. Essa *mistura* valoriza de novo as possibilidades e capacidades dos seres humanos — mulheres e homens — de fazer escolhas e impedirá que a *não-razão* se afirme como razão de todas as razões. É a partir deste fundamento antropológico que as teologias feministas poderão contribuir no resgate dos valores das tradições religiosas, de sua sabedoria e do patrimônio de luta pela justiça e igualdade que nos deixaram como herança. Não podemos apenas abrir brechas no sistema patriarcal, é preciso ir mais além e tentar afirmar novas compreensões do ser humano.

Repensar quem somos e o que queremos fazer de nossas vidas e de nosso mundo é uma pergunta chave neste terceiro milênio e na celebração dos *10 anos de vida de Católicas pelo Direito de Decidir*.

Tenho certeza de que, nós de Católicas, estamos neste processo árduo e maravilhoso e queremos nele continuar nos próximos 10 anos de vida, e isto porque sabemos que não haverá milagres de transformação imediata das consciências. Estamos felizes de ter chegado aonde chegamos e de continuarmos apostando na continuação desta luta cidadã por um Brasil e um mundo melhores.



Impresso por

Editora Gráfica Bemardi Ltda.

Tel: (11) 6422-6459 / (11) 6422-7248

E-mail: egb@equibom.br

www.egb.com.br

PUBLICAÇÕES CDD

BOLETIM QUADRIMESTRAL

CADERNOS

1. UMA HISTÓRIA NÃO CONTADA
A história das idéias sobre o aborto na Igreja Católica
Jane Hurst
2. A IGREJA CATÓLICA E A CONFERÊNCIA DO CAIRO
Uma linguagem comum
Vozes Católicas
3. ABORTO: DESCOBRINDO AS BASES ÉTICAS PARA DECIDIR COM LIBERDADE
Daniel Maguire, Olinto Pegoraro e Maria Consuelo Mejía
4. PALAVRAS DE MULHERES
Juntando os fios da teologia feminista
Maria José F. Rosado Nunes e Beatriz Melano Couch
5. ASPECTOS RELIGIOSOS DO ABORTO INDUZIDO
Luiz Pérez Aguirre
6. ABORTO LEGAL – Igreja católica e o Congresso Nacional
Myriam Aldana Santin
7. SEXO BOM – SEXO JUSTO – catolicismo feminista e direitos humanos
Mary R. Hunt
8. COTIDIANOS SACRAMENTOS – Alternativas de comunhão
Nancy Cardoso Pereira
9. OLHARES FEMINISTAS SOBRE A IGREJA CATÓLICA
Renè Van Eyden, Elisabeth S. Fiorenza, Mary R. Hunt
10. MULHERES, AIDS E RELIGIÃO
Yury Puello Orozco
11. PALAVRAS... SE FEITAS DE CARNE
Leitura feminista e crítica dos fundamentalismos
Nancy Cardoso Pereira

LIVRO

ABORTO LEGAL: IMPLICAÇÕES ÉTICAS E RELIGIOSAS
Várias Autoras e Autores

CARTILHAS (Coleção: Conversando a gente se entende)

ABORTO

MATERNIDADE

SEXUALIDADE

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

VÍDEOS

A DECISÃO DE RITA

RELIGIÃO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

RÁDIO/CDs

1. Conversando a gente se entende
2. Use camisinha sem culpa
3. Sexualidade, anticoncepção e religião
4. Planejamento Familiar: Uma garantia do direito de decidir

ISBN 85-87598-08-2



9 788587 598080